



APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL 09-CP-2025
PARA ADJUDICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA À APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

CADERNO DE ENCARGOS

INDICE

SECÇÃO I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
Cláusula 1.º - Objeto e âmbito da prestação de serviços.....	3
Cláusula 2.º - Locais e horários da prestação de serviços	3
Cláusula 3.º - Período de prestação dos serviços	4
Cláusula 4.º - Contrato	4
Cláusula 5.º - Condições de pagamento	5
Cláusula 6.º - Caução.....	5
Cláusula 7.º - Atualização de Preços	6
Cláusula 8.º - Sigilo e proteção de dados	6
Cláusula 9.º - Cessão da posição contratual	8
Cláusula 10.º - Incumprimento	9
Cláusula 11.º - Casos fortuitos ou de força maior.....	9
Cláusula 12.º - Alteração na Prestação de Serviços	10
Cláusula 13.º - Patentes, licenças e marcas registadas.....	11
Cláusula 14.º - Seguros e Responsabilidades	11
Cláusula 15.º - Garantia de Qualidade	12
Cláusula 16.º - Resolução do contrato	13
Cláusula 17.º - Encargos e licenciamentos	13
Cláusula 18.º - Lei e Foro competente.....	13
SECÇÃO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS	14
Cláusula 19.º - Local de execução	14
Cláusula 20.º - Obrigações específicas do Adjudicatário	14
Cláusula 21.º - Ações a desenvolver - Vigilância	15
Cláusula 22.º - Sistema de rondas	19
Cláusula 23.º - Sinalética e identificação	20
Cláusula 24.º - Pessoal a afetar	20
Cláusula 26.º - Deveres da Entidade Adjudicante.....	23
ANEXO I - IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS POSTOS REGULARES.....	25
ANEXO II - PLANTAS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA APL, S.A.	31
ANEXO III AO CADERNO DE ENCARGOS	32

CADERNO DE ENCARGOS

SECÇÃO I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.º - Objeto e âmbito da prestação de serviços

1. O objeto da prestação de serviços consiste nos serviços previstos no Concurso Público n.º 09-CP-2025 para a “Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância Privada à APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.”;
2. Sem prejuízo de poderem ser alterados por mera comunicação escrita, a Entidade Adjudicante é representada por um técnico em cada um dos postos regulares indicados no Anexo I deste Caderno de Encargos, designados para o efeito e indicados no contrato, sendo, ainda, representada por um gestor do contrato, a quem aqueles reportam e o qual terá a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, nos termos, para os efeitos e com as atribuições previstas no artigo 290.º-A do CCP, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
3. Todos os contactos a efetuar pela Adjudicatária à Entidade Adjudicante devem ser efetuados para o Gestor do Contrato ou para quem este indique.
4. O Adjudicatário obriga-se a indicar os contactos (nome, correio eletrónico e telefone) do seu responsável ou responsáveis pela prestação contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato (e imediatamente após qualquer alteração ao indicado).
5. O documento eletrónico comunicado por um meio de comunicação eletrónica considera-se enviado e recebido pelo destinatário se for transmitido para o endereço eletrónico nos termos dos números anteriores e neste for recebido, bastando assinatura eletrónica simples, não carecendo de assinatura eletrónica avançada ou qualificada, salvo se exigido nos termos de utilização de plataforma eletrónica específica.
6. Os serviços objeto do Contrato correspondem ao seguinte código do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos – CPV 79710000-4.

Cláusula 2.º - Locais e horários da prestação de serviços

Sem prejuízo do serviço a assegurar nos postos fixos identificados no Anexo I do Caderno de Encargos, a prestação objeto do concurso poderá ter lugar em qualquer local situado na área de

jurisdição da APL, S.A..

Cláusula 3.º - Período de prestação dos serviços

1. A prestação de serviços a realizar no âmbito do contrato tem uma duração inicial de 12 (doze) meses a contar das 00h00 (zero horas) da data expectável de 01/07/2025 **e termo às 24h00 (vinte e quatro horas) de um ano depois**, sendo automaticamente renovável, salvo denúncia nos termos indicados no n.º 2 desta cláusula, até ao dia 31/12/2027, resultando no período total de vigência expectável de 30 (trinta) meses.
2. O contrato pode ser denunciado por qualquer das partes no final do primeiro e do segundo anos de contrato, desde que notifique a outra parte por escrito, designadamente por correio eletrónico, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao seu termo.
3. A não renovação não confere a qualquer das partes o direito a qualquer indemnização.
4. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 4.º - Contrato

1. O contrato integrará, os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal.
4. A celebração do contrato é publicitada, pela Entidade Adjudicante, no portal dos contratos

públicos (Portal Base) e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) não estando o contrato sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Cláusula 5.º - Condições de pagamento

1. Pela prestação dos serviços previstos neste caderno de encargos, incluindo o cumprimento de todas as obrigações acessórias, a Entidade Adjudicante paga ao Adjudicatário as quantias correspondente aos preços constantes da proposta adjudicada (incluindo Postos Regulares, Serviços Ocasionais e Vigilância Eletrónica), cujo valor global não pode exceder,€ (..... euros) para o período máximo de 30 (trinta) meses, não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, conforme consta da informação disponível em <https://www.portodelisboa.pt/faturacao-eletronica>.
2. Os serviços são faturados pelo Adjudicatário através da apresentação de fatura eletrónica nos termos do art.º 299.º-B do Código dos Contratos Públicos e do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente do Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril.
3. As faturas devem especificar o local, o período e os serviços a que se referem, bem como o número de contrato 09-CP-2025.
4. O pagamento do preço respeitante à prestação de todos os postos regulares e à vigilância eletrónica é feito mensalmente, por transferência bancária, vencendo-se cada fatura no prazo de 30 (trinta) dias contados da respetiva data de registo de receção pela Entidade Adjudicante.
5. A emissão de faturas relativas aos serviços ocasionais é feita após confirmação da boa execução do serviço, sendo os respetivos serviços faturados no fim do mês a que dizem respeito.
6. A Entidade Adjudicante não concederá qualquer adiantamento relativamente à prestação de serviços objeto do contrato.
7. Todos os encargos e despesas relacionados com a execução do contrato, incluindo licenças, autorizações e seguros constituem encargo do Adjudicatário.

Cláusula 6.º - Caução

1. O Adjudicatário presta e obriga-se a manter caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais no valor correspondente a 5 % (cinco por cento), ou 10% (dez por cento), - nos casos especialmente previstos, nos termos do disposto no art.º 89.º do Código dos Contratos Públicos - do preço correspondente ao devido pelos postos regulares e do preço mensal de todos os serviços de vigilância eletrónica regulares correspondente ao

período de vigência inicial de 12 meses, não atualizável no período seguinte de execução do contrato.

2. A referência à caução prestada será identificada no contrato a celebrar.
3. A Entidade Adjudicante pode executar a caução sem necessidade de prévia decisão judicial para satisfação de quaisquer créditos resultantes da mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pela Adjudicatária das suas obrigações, incluindo o pagamento de penalidades.
4. A Entidade Adjudicante promoverá a liberação integral da caução no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento de todas as obrigações do Adjudicatário decorrentes do contrato.

Cláusula 7.º - Atualização de Preços

1. Caso ocorram renovações do contrato, os preços propostos nos termos do Anexo III do Programa de Concurso, serão atualizados de acordo com as tabelas remuneratórias publicadas no BTE, referentes ao Coletivo de Trabalho (CCT) aplicável à empresa em questão nas seguintes condições:
 - a) Apresentação de requerimento no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrada em vigor do Contrato Coletivo de Trabalho que determina a atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) em causa;
 - b) Apresentação de relatório financeiro subscrito por contabilista certificado onde se demonstre:
 - i) Que o preço contratual sofreu uma alteração não coberta pelos riscos próprios do contrato, em virtude da atualização Remuneração Mínima Mensal Garantida no Setor da Segurança, aprovada pelo CCT e que essa alteração não era expectável à data da formulação da proposta;
 - ii) Que o pedido de atualização não visa corrigir defeitos de previsão da proposta;
 - iii) A atualização da informação contida no documento da proposta elaborado nos termos do modelo constante do Anexo VII do programa de concurso.

Cláusula 8.º - Sigilo e proteção de dados

1. Cabe exclusivamente à Entidade Adjudicante, como previsto no art.º 290.º do Código dos Contratos Públicos, a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.
2. Salvo autorização escrita em contrário da Entidade Adjudicante, o Adjudicatário obriga-se a

garantir sigilo, querpor si ou pelos seus trabalhadores, quer pelos seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados, pessoais ou outros, de que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito da prestação de serviços, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo.

3. O Adjudicatário compromete-se a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma de tratamento colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, sem que para tal tenha sido autorizado por escrito pela Entidade Adjudicante.

4. O Adjudicatário obriga-se ainda a cumprir rigorosamente o disposto na legislação nacional e comunitária em vigor sobre a proteção de dados, como o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, ou “RGPD”), a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e demais normas aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais e linhas de orientação emitidas por autoridades europeias e nacionais, por cláusulas modelo aprovadas pela Comissão Europeia ou por autoridades de controlo, assim como por qualquer jurisprudência relevante e nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto deste contrato;
- b) Manter os dados pessoais confidenciais, cumprindo e garantindo o dever de sigilo;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante esteja vinculada;
- d) Cumprir quaisquer políticas de segurança de Informação, políticas e procedimentos de proteção de dados pessoais em vigor na Entidade Adjudicante;
- e) Comunicar à Entidade Adjudicante qualquer incidente de segurança da informação, nomeadamente a alteração, difusão ou o acesso não autorizado, tratamento ilícito de dados, bem como qualquer outra situação que possa afetar o tratamento de dados em causa ou que de qualquer modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria da proteção de dados pessoais;
- f) Assegurar o cumprimento de todos os seus trabalhadores do cumprimento de todas as obrigações previstas na presente cláusula;

- g) Adotar todas as medidas de segurança, medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco nos termos do art.º 32.º do RGPD;
- h) Assistir a Entidade Adjudicante no cumprimento das suas obrigações de dar resposta ao exercício dos direitos dos titulares;
- i) Assistir a Entidade Adjudicante no cumprimento das suas obrigações de comunicar uma violação de dados;
- j) Apagar ou devolver todos os dados pessoais e outras informações depois de concluída a prestação de serviços;
- k) Disponibilizar todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações do RGPD.

5. O Adjudicatário deve disponibilizar à Entidade Adjudicante, sempre que necessário, a lista dos trabalhadores com autorização de acesso aos sistemas e à informação pessoal dos titulares dos dados que se encontrem sob a responsabilidade da Entidade Adjudicante, devendo manter uma cópia das declarações de compromisso de confidencialidade ou de sigilo dos mesmos.

6. A contratação, pelo Adjudicatário, de um subcontratante está sujeita à prévia autorização por escrito, geral ou específica, da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 28.º do RGPD.

7. O Adjudicatário é responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus trabalhadores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e do presente contrato.

Cláusula 9.º - Cessão da posição contratual

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia por escrito da Entidade Adjudicante.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve o cessionário apresentar todos os documentos exigidos pela Entidade Adjudicante, designadamente todos os necessários ao cumprimento do contrato por parte do concessionário.

3. A Adjudicatária pode subcontratar entidades terceiras, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes do n.º 3 a 6 do art.º 318.º e do art.º 319.º e 320.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no RGPD.

4. A Adjudicatária assegura que, em qualquer momento, a Entidade Adjudicante possa distinguir o pessoal da Adjudicatária do pessoal dos subcontratados presentes.
5. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que sejam cumpridas por recurso a subcontratados.

Cláusula 10.º - Incumprimento

1. Sem prejuízo da Entidade Adjudicante poder exigir ao Adjudicatário o ressarcimento de todos os prejuízos sofridos e do estabelecido no Código dos Contratos Públicos, designadamente no que respeita ao poder de resolução do contrato, no caso de incumprimento das obrigações fixadas no contrato por causa imputável ao Adjudicatário, poderão ser aplicadas pela Entidade Adjudicante as seguintes penalidades:

- a) Por cada dia de incumprimento da prestação de serviço, a penalidade de 1/30 do valor mensal da prestação, correspondente ao posto fixo em causa;
- b) Por cada hora de atraso na execução dos serviços ocasionais ou de deslocação ou permanência de piquete no âmbito da vigilância eletrónica, a penalidade de 100% do valor horário relativo à prestação desses serviços.
- c) por cada dia de incumprimento da prestação de serviço não previsto nas alíneas anteriores, a penalidade de 1/30 do valor mensal da prestação.

2. Se no âmbito dos serviços prestados (designadamente nas atividades relacionadas com as portarias de acesso aos terminais de passageiros e com a operação da Ponte móvel da Rocha) se verificarem atrasos por motivos imputáveis ao Adjudicatário, ou aos trabalhadores ao seu serviço, todos os custos inerentes à situação gerada serão da sua responsabilidade.

3. O pagamento da sanção é efetuado pelo Adjudicatário no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da sua notificação, podendo a Entidade Adjudicante descontar o respetivo valor nos pagamentos a efetuar à Adjudicatária.

4. Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima referidas, a Entidade Adjudicante poderá, se a mora se mantiver por um prazo elevado ou lhe causar prejuízos apreciáveis, resolver o Contrato, nos termos estabelecidos no Artigo 15.º deste Caderno de Encargos.

Cláusula 11.º - Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é devida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das

partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir motivos de força maior, caso se venha a verificar os requisitos do número anterior, designadamente tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da Adjudicatária ou a grupos de sociedades em que esta se integre;
- b) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela Adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela Adjudicatária de normas legais;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da Adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ao incumprimento das normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da Adjudicatária não devidos a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.º - Alteração na Prestação de Serviços

1. O contrato não pode ser modificado, salvo nos termos e pelos fundamentos previstos no art.º 311.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos e do disposto no número seguinte, sem prejuízo do disposto nos seus art.º 370.º a 381.º como previsto no art.º 454.º deste código,

efetuando-se a publicitação prevista no art.º 315.º no portal dos contratos públicos, Portal Base, sob pena de ineficácia, no prazo de 5 (cinco) dias.

2. Não constitui alteração ao contrato a deslocalização de algum(ns) serviços das instalações identificadas no Anexo I, bem a inclusão ou exclusão de Postos de Vigilância, localizações, tarefas e horários, em função das necessidades da Entidade Adjudicante, desde que realizados no âmbito da área de jurisdição da APL e que não contrariem o estipulado no artigo 313.º do CCP.

3. O Adjudicatário fica obrigado a assegurar os serviços contratados no novo local a designar pela Entidade Adjudicante mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, não implicando essa alteração qualquer dever de indemnização por parte da Entidade Adjudicante ao Adjudicatário.

Cláusula 13.º - Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação dos serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 14º - Seguros e Responsabilidades

1. O Adjudicatário assegura o cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, designadamente assegurando a utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como o cumprimento da legislação aplicável em matéria de gestão de resíduos.

2. O Adjudicatário deverá remeter à Entidade Adjudicante:

a) Cópia dos mapas das contribuições para a segurança social dos trabalhadores afetos à prestação de serviços, até ao dia 15 do mês seguinte a que respeitam;

b) Cópias da folha de férias, do seguro de acidentes de trabalho e do comprovativo do pagamento do respetivo prémio.

3. O Adjudicatário é obrigado, nos termos da lei, a reparar os danos e prejuízos causados no exercício da sua atividade às instalações, equipamentos, pessoas e outros bens, pertencentes à Entidade Adjudicante ou a terceiros, quer pelos meios e equipamentos utilizados, quer pelo pessoal a seu cargo.

4. Sem prejuízo da responsabilidade estabelecida nos termos do presente Caderno de Encargos, deverá o Adjudicatário apresentar, suportando os respetivos custos, todos os seguros que lhe sejam exigidos no Contrato ou nos termos da lei relativamente às atividades a desenvolver, nomeadamente:

- a. Seguro de responsabilidade civil no valor de € 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros);
- b. Seguros de acidentes de trabalho relativos a todo o pessoal ao seu serviço, independentemente do regime laboral.

5. Cada um dos seguros deverá estar em vigor na data de celebração do contrato, devendo cobrir os seus períodos de vigência até ao termo da respetiva execução, podendo, no entanto, prolongar-se para além deste período quando as circunstâncias o exigirem.

6. Qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, correrá por conta do Adjudicatário.

7. Quaisquer intenções de ações de cancelamento, suspensão modificação ou substituição das apólices em vigor, seja por que motivo for, deverão ser previamente comunicadas à Entidade Adjudicante pelo Adjudicatário, por carta registada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e por esta expressamente autorizadas, por escrito.

8. As apólices de seguros deverão conter cláusula nos termos da qual não podem ser canceladas sem prévio conhecimento da Entidade Adjudicante e que a falta de pagamento do prémio será comunicada à Entidade Adjudicante antes do início da suspensão da apólice.

9. Em caso de falta de pagamento dos prémios de seguro das apólices, por parte do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante poderá proceder diretamente ao respetivo pagamento, ou a eventual contratação de nova(s) apólices(s), recorrendo à execução da caução prevista na Cláusula 6.ª do Caderno de Encargos, ou em alternativa, reduzindo os pagamentos a efetuar ao Adjudicatário na fatura do mês a que falta de pagamento do(s) prémio(s) diga respeito.

10. A prova da realização dos seguros será feita mediante entrega de cópia das apólices e dos recibos comprovativos dos pagamentos dos respetivos prémios de seguro.

Cláusula 15.º - Garantia de Qualidade

1. O Adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo para a Entidade Adjudicante, que os serviços fornecidos obedecem a padrões de reconhecida qualidade, correspondendo ao exigido no presente Caderno de Encargos.

2. São excluídas desta garantia todas as situações que notoriamente resultarem de negligência da APL, S.A. ou dos seus funcionários, bem como todas as resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior.

3. Em caso de anomalia detetada no objeto da prestação, o Adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao Adjudicatário.

Cláusula 16.º - Resolução do contrato

1. A extinção do contrato, incluindo por resolução sancionatória, é regulada pelo art.º 330.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se haver incumprimento definitivo sempre que o atraso na prestação dos serviços ocorra por período superior a 5 (cinco) dias de calendário.

3. O não exercício do direito de resolução não significa a renúncia ao mesmo.

4. Em caso de incumprimento, pelo Adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Entidade Adjudicante pode ceder a posição contratual do Adjudicatário a concorrente do concurso na sequência do qual foi celebrado o contrato, de acordo com a ordem daquele procedimento, nos termos do art.º 318.º-A do Código dos Contratos Públicos reservando-se a Entidade Adjudicante o direito de revogar a qualquer momento, nomeadamente por motivos de interesse público, a decisão de cessão da posição contratual.

Cláusula 17.º - Encargos e licenciamentos

1. Todas as despesas resultantes da celebração do contrato, designadamente dos impostos e da prestação das cauções são da responsabilidade do Adjudicatário.

2. O Adjudicatário assegura o cumprimento da legislação aplicável em matéria de acesso à zona internacional dos portos, designadamente assegurando para os seus meios humanos a obtenção das autorizações de acesso à zona internacional do porto e de entrada a bordo de embarcações e o pagamento da respetivas taxas, nos termos do art.º 7.º e 8.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente do Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Cláusula 18.º - Lei e Foro competente

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o previsto na legislação portuguesa, independentemente da nacionalidade do Adjudicatário, designadamente no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente do Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2023, de 16 de agosto, em especial o previsto no art.º 278.º a 335.º e no art.º 450.º a 454.º deste código.

2. Para dirimir todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

SECÇÃO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 19.º - Local de execução

A prestação de serviços objeto do presente concurso será desenvolvida na área de jurisdição da Entidade Adjudicante nos locais indicados no art.º 2.º deste Caderno de Encargos, e conforme Anexos I e II.

Cláusula 20.º - Obrigações específicas do Adjudicatário

1. O Adjudicatário deve assegurar o respeito pelo indicado nas normas especificamente aplicáveis, designadamente da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente da Lei n.º 46/2019, de 8 de julho.
2. O Adjudicatário deverá:
 - a) Efetuar a vigilância de bens móveis e imóveis e o controlo de entrada, presença e saída de pessoas, bem como a prevenção da entrada de armas, substâncias e artigos de uso e porte proibidos ou suscetíveis de provocar atos de violência no interior de edifícios ou outros locais, públicos ou privados, de acesso vedado ou condicionado ao público.
 - b) Apresentar todo o pessoal de vigilância devidamente uniformizado, com modelo aprovado e com cartão de identificação do Ministério da Administração Interna;
 - c) Entregar documento com os elementos de identificação dos vigilantes que prestam serviço nas instalações da Entidade Adjudicante, nomeadamente através da entrega do *curriculum*/ficha de cada um dos vigilantes;
 - d) Garantir que o seu pessoal se encontra devidamente habilitado e autorizado a exercer as funções previstas na legislação que estabelece o regime do exercício da atividade

de segurança privada, vinculado por contrato de trabalho a entidades titulares de alvará ou licença , com formação específica e adequada à função, complementada por estágio considerado necessário para o exercício das funções na Entidade Adjudicante, nos postos onde prestam serviço, sendo que este não poderá ter duração inferior a 3 dias;

- e) Assegurar os quantitativos de pessoal requisitado pela Entidade Adjudicante em cada posto regular ou ocasional, devendo para a sua substituição, o Adjudicatário dispor, para além dos vigilantes que constituem o contingente normal da instalação, de pelo menos um vigilante permanentemente estagiado e devidamente formado com os pormenores do serviço de cada posto, como reserva para substituição imediata de qualquer posto por ausência ocasional ou rescisão do contrato de trabalho com o Adjudicatário ou ainda por pedido de substituição solicitada pela Entidade Adjudicante;
- f) Enviar à Entidade Adjudicante, sempre que solicitado, uma listagem atualizada dos vigilantes em serviço nas instalações e, no caso de ter havido substituições por faltas, a indicação das respetivas identificações.
- g) Colaborar e aceder à realização de avaliações e auditorias à prestação do trabalho por parte do adjudicante;
- h) Garantir o envio diário dos relatórios de ocorrências de todos os postos definidos pela Entidade Adjudicante, utilizando para o efeito e exclusivamente suporte informático;
- i) Assegurar, num prazo máximo de 60 minutos, quaisquer reforços de pessoal ou substituição de elementos por impedimentos inesperados.
- j) Assegurar a formação necessária nos postos ocasionais específicos ou permitir e colaborar em eventuais ações de formação a promover pelo adjudicante.
- k) Garantir a estabilidade dos vigilantes no posto de trabalho, só sendo substituídos por motivos de férias, doença ou por razões de força maior, com conhecimento prévio do responsável pela instalação, não substituindo pessoal sem prévia aprovação da Entidade Adjudicante salvo motivos de força maior devidamente justificados.
- l) Substituir qualquer elemento do seu pessoal a pedido da Entidade Adjudicante no prazo máximo de 60 minutos.

Cláusula 21.º - Ações a desenvolver - Vigilância

1. A prestação de serviços de Vigilância Humana deverá contemplar as seguintes ações e procedimentos:

1.1. **Nos postos fixos** de vigilância indicados no Anexo I do presente Caderno de Encargos, o Adjudicatário deverá proceder a:

- a) Rondas de acordo com os horários e circuitos a estabelecer e a definir pela Entidade Adjudicante.;
- b) Comunicação imediata à Entidade Adjudicante de eventuais não conformidades detetadas em qualquer das instalações sob vigilância, que comprometam as condições de higiene, segurança e/ou proteção das mesmas.
- c) Controlo de acessos (com eventual recurso a *software*) de todas as pessoas às instalações, bem como todas as entradas e saídas de viaturas das instalações e assegurar sempre que necessário, a abertura e fecho de instalações;
- d) Controlo de acessos ao porto e rastreio de trânsito portuário na perspetiva da deteção de mercadorias contendo fontes radioativas, suscetíveis de serem utilizadas para fabrico de armas nucleares - Sistema Megaports (Instalações Zona portuária de Alcântara/Rocha e Zona portuária do Poço do Bispo/Santa Apolónia).
- e) Acionamento e controlo de sistemas de gestão de acessos em pontos remotos, nomeadamente portas de edifícios, portões e cancelas de espaços confinados, utilizando meios e tecnologias de comunicação a disponibilizar pela APL;
- f) Manobra, utilizando o equipamento de comando electro-hidráulico, da Ponte pedonal móvel metálica e rotativa, localizada na Rocha, no acesso à Doca de Alcântara;
- g) Registo de todas as pessoas e viaturas e dependendo da natureza da portaria, adotar os procedimentos mais adequados;
- h) Atendimento de telefones e encaminhamento de chamadas;
- i) Monitorização local ou remotamente e operação dos sistemas de controlo e segurança das instalações nomeadamente deteção de intrusão, deteção de incêndios e videovigilância e rádios da banda de VHF e UHF, onde disponível;
- j) Colaboração na inspeção regular do estado dos equipamentos de primeira intervenção contra incêndios e o seu manuseio, sempre que necessário ou

solicitado;

- k) Estabelecimento de contactos em situações de emergência com os serviços responsáveis, de acordo com o procedimento estabelecido pela Entidade Adjudicante, para cada posto.
- l) Garantia da integridade dos bens imóveis e seus conteúdos, quando sejam alugados para efeitos de realização de eventos;
- m) Verificação das redes elétrica, águas e gás dos edifícios (quadros elétricos e válvulas de corte), procedendo, se necessário aos cortes das mesmas e ao contato com o piquete da Entidade Adjudicante em caso de avaria ou acidente;
- n) Elaboração e envio diário de relatórios de serviço por correio eletrónico, para grupo definido pela Entidade Adjudicante, sendo o modelo de referência ajustado entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário;
- o) Condução de viatura automóvel ligeira de passageiros, facultada pela Entidade Adjudicante nos postos em que tal seja necessário;
- p) Guarda de chaves e controlo do chaveiro;
- q) Supervisão do comportamento das pessoas no interior e em toda a área da instalação;
- r) Supervisão do acesso aos diferentes locais da instalação impedindo a entrada e permanência de pessoas sem direito de admissão e em locais não autorizados;
- s) Apaziguamento de conflitos;
- t) Adoção dos procedimentos adequados, de acordo com o Plano de Emergência das Instalações quando exista, sempre que surjam situações anómalas que possam pôr em perigo a integridade física de utentes e funcionários bem como a segurança das instalações, como situações de incêndio ou de ameaça de bomba nas quais possa ser requerida uma evacuação parcial ou total das instalações, ou atitudes de incumprimento de normas estabelecidas nos regulamentos da instalação;
- u) Desencadeamento das ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de combate a furtos, incêndios, inundações, explosões e afundamento de embarcações solicitando a intervenção de meios de apoio (nomeadamente PSP, GNR, Polícia

Marítima, Bombeiros, Serviços de Manutenção e respetivos proprietários) sempre que necessário;

v) Garantia do cumprimento dos regulamentos e normas em vigor;

1.2. O Adjudicatário deverá executar os serviços ocasionais de vigilância e segurança, mediante indicação da Entidade Adjudicante, em conformidade com o previsto no Anexo I do presente caderno de encargos.

2. Vigilância Eletrónica

No âmbito dos serviços de ligação a central de receção e monitorização de alarmes, o Adjudicatário deverá:

- a) Possuir equipamento e *software* de gestão de alarmes que execute os registos automáticos das horas de receção de alarmes bem como das horas de execução das chamadas telefónicas, com registo do número marcado.
- b) Monitorizar os sistemas de televigilância, alarme de deteção de incêndio e intrusão das instalações do cliente e o bom funcionamento da ligação e respetivos equipamentos.
- c) Garantir a prestação de serviços remotos de manutenção, manuseio e confirmação do bom funcionamento dos equipamentos.
- d) Informar via *email*, o responsável das instalações de quaisquer situações anómalas registadas.
- e) Guardar as chaves de instalações.
- f) Garantir o cumprimento dos seguintes procedimentos, no caso de receção de alarme, devendo o operador:
 - i. Efetuar chamada de retorno para as instalações onde se encontra o sistema de deteção e verificar a natureza do alarme.
 - ii. No caso em que o local não esteja guardado por um posto de vigilância humana, enviar ao local um piquete munido das chaves das instalações, para efeitos de identificação do acontecimento desencadeador do alarme.
 - iii. No caso de existirem indícios de situação de violência ou assalto, contactar as autoridades policiais.

- g) Garantir o envio de piquetes de intervenção e permanência do pessoal em caso de necessidade.

3. Operações nos Terminais de passageiros

- a. No terminal de passageiros da Rocha Conde d'Óbidos deverão ser prestados os serviços de segurança no âmbito Código ISPS (International Ships and Ports Security) - DL 226/2006, Regulamento CE 725/2004 e Diretiva CE 65/2005.
- b. Para as operações em apreço, o Adjudicatário fornecerá, no mínimo, 8 (oito) vigilantes de portos e aeroportos (APA-P), devidamente habilitados de acordo com o normativo do Código ISPS, devendo a formação destes vigilantes ser fornecida por empresa certificada pela DGRM (Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos), de acordo com as circulares daquela Direcção-Geral.
- c. As operações de segurança e proteção têm lugar no acesso a zonas restritas de segurança no porto, como prevenção da entrada de armas, substâncias e artigos de uso e porte proibidos ou suscetíveis de provocar atos de violência nas instalações e no interior de navios, sem prejuízo das competências exclusivas atribuídas às forças e serviços de segurança.
- d. As ações a desenvolver para o efeito poderão ser, entre outras:
 - a) Manuseamento de dispositivos portáteis de deteção de metais;
 - b) Realização de revistas de viaturas de prevenção e segurança, nestes locais de acesso condicionado ao público, como medidas de segurança reforçada.
- e. Os recursos humanos deverão ter conhecimento escrito e oral da língua inglesa (Nível A2 Básico).

Cláusula 22.º - Sistema de rondas

1. A ação de vigilância dos edifícios inclui também, no caso de alguns postos, rondas pelo perímetro dos edifícios, conforme indicado no Anexo I. O circuito de rondas será definido pela Entidade Adjudicante e deverá incluir a possibilidade de mobilidade com recurso a meios de locomoção móvel, com ou sem motor, a avaliar e a assegurar pelo Adjudicatário.
2. Os vigilantes deverão estar munidos de equipamento adequado que permita a avaliação das rotas e pontos de controlo, a definir pela Entidade Adjudicante

3. Na execução da ronda, assim que o vigilante detete alguma introdução ilícita, ainda que apenas na forma tentada, ou alguma outra situação passível de colocar em risco a integridade de pessoas e bens, fará chegar ao local, no mais curto período de tempo possível e pelos meios mais apropriados, um piquete destinado a averiguar a ocorrência, o qual deverá também adotar todas as diligências adequadas de forma a impedir ou a minimizar quaisquer danos, dando conhecimento telefónico imediato ao responsável da instalação.
4. Antes do início de cada ronda, o vigilante deve mencionar em relatório de vigilância a hora da saída, bem como registar no relatório, no final de cada circuito, a hora da chegada e todas as ocorrências ou situações que tenha detetado durante a ronda.
5. Sempre que solicitado deverão ser enviados no prazo máximo de 24 horas à Entidade Adjudicante por correio eletrónico os relatórios de registo das rondas efetuadas.

Cláusula 23.º - Sinalética e identificação

1. Em qualquer dos postos de segurança previstos no Anexo I, o Adjudicatário obriga-se a colocar, em local bem visível, placa identificadora da sua presença.
2. O pessoal afeto à prestação de serviços deve apresentar-se devidamente fardado e identificado.

Cláusula 24.º - Pessoal a afetar

1. Só poderão ser afetos à execução da prestação dos serviços de vigilância os trabalhadores do Adjudicatário que possuam:
 - a) Experiência mínima em serviços de vigilância humana de três anos, comprovada mediante a apresentação de declaração anual apresentada aos Serviços da Segurança Social;
 - b) Situação militar regularizada;
 - c) Capacidade comprovada de manuseamento de extintores de incêndio e de outros meios de primeira intervenção no combate a incêndios;
 - d) Formação básica em primeiros socorros e formação certificada para utilização de Desfibrilhador Automático Externo (DAE). O número mínimo de pessoal necessário com formação certificada para utilização de DAE será de 12 (doze) elementos.
 - e) Formação no âmbito do código ISPS e conhecimentos de língua inglesa, no caso dos postos 3 - Edifício VTS, 4 – Centro de Segurança Portuária e 10 - Terminal de Passageiros

da Rocha Conde D'Óbidos, conforme indicado no n.º 3 da Cláusula 21.º e no Anexo I ao presente CE. O número mínimo de pessoal a assegurar pelo adjudicatário na equipa de vigilantes com a categoria Vigilante APA-P será de 8 (oito) elementos.

2. O pessoal proposto pelo Adjudicatário só pode ser substituído com o expresso e prévio consentimento da Entidade Adjudicante, após verificação de que essa substituição proporciona um nível de qualidade equivalente.

3. O pessoal afeto à prestação de serviços de vigilância presencial, integral ou parcial, deve ainda possuir as seguintes características:

- a) Pontualidade;
- b) Assiduidade;
- c) Boa apresentação;
- d) Interesse e aplicação;
- e) Honestidade;
- f) Sentido das responsabilidades;
- g) Capacidade de decisão e iniciativa;
- h) Facilidade de comunicação;
- i) Amabilidade e firmeza;
- j) Capacidade de preenchimento completo e cuidadoso de todos os impressos e relatórios que tenha de elaborar.

4. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de recusar a execução da prestação por algum elemento que não reúna as características mencionadas nos números anteriores da presente Cláusula, podendo exigir ao Adjudicatário a sua substituição imediata.

5. O Adjudicatário deve apresentar, obrigatoriamente, o certificado do registo criminal do pessoal que destaca para o serviço em causa, sem prejuízo das responsabilidades que lhe compete.

6. A duração e organização do tempo de trabalho dos vigilantes deve respeitar o estabelecido nas leis do trabalho e nos instrumentos de regulação coletiva aplicáveis ao sector.

7. Os horários pré-definidos no presente caderno de encargos deverão ser rigorosamente observados, competindo ao Adjudicatário assegurar a continuidade dos serviços, por

substituição dos trabalhadores, durante os períodos de refeição.

8. Cabe ao Adjudicatário toda a responsabilidade sobre a disciplina do pessoal ao seu serviço.

9. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de instaurar inquéritos para apuramento de responsabilidades, quando a ocorrência de incidentes o justifique, tomando, em seguida, as medidas que entender adequadas.

10. Se do inquérito instaurado pela Entidade Adjudicante resultar provada a ocorrência de danos provocados pela atuação do pessoal do Adjudicatário, nomeadamente quanto à indevida salvaguarda de bens móveis ou imóveis, ou quanto à sua utilização não autorizada, a Entidade Adjudicante tem direito a ser ressarcida pelo Adjudicatário dos prejuízos daí resultantes.

11. A Entidade Adjudicante pode exigir relatórios extraordinários ao Adjudicatário quando tenha conhecimento de incidentes que envolvam o pessoal ao seu serviço.

12. A Entidade Adjudicante pode ainda exigir a apresentação de relatórios extraordinários quando verifique o incumprimento dos deveres genéricos e específicos da prestação de serviços por parte de algum dos funcionários do Adjudicatário, podendo exigir, mediante requerimento fundamentado, a sua substituição caso o incumprimento observado revista especial gravidade.

13. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de mandar executar por terceiros, no local de execução do contratado e simultaneamente com as prestações a que se refere o contrato, quaisquer serviços ainda que sejam de natureza idêntica à dos serviços prestados pela Adjudicatária, devendo esta, caso considere que a normal execução do contrato está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea destes trabalhos, comunicar à Entidade Adjudicante, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da ocorrência, a existência dessas interferências, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos daí resultantes.

14. Transmitem-se para o Adjudicatário a posição do empregador nos contratos de trabalho dos trabalhadores que atualmente asseguram os serviços de segurança privada à Entidade Adjudicante, nos termos do art.º 285.º n.º 10 do Código do Trabalho (ilustrados no quadro em Anexo III ao Caderno de Encargos), assegurando o Adjudicatário o cumprimento deste regime no início e fim do contrato nos termos do referido código, incluindo a oportuna transmissão à Entidade Adjudicante de toda a informação necessária ao procedimento pré-contratual seguinte, como, quanto a cada trabalhador afeto ao serviço, data de nascimento, data de início do contrato de trabalho, antiguidade, natureza do contrato de trabalho (a termo ou sem termo),

retribuição, categoria profissional, conteúdo funcional, benefícios sociais, título que o habilita a desempenhar as funções (data de emissão e de validade), instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável e identidade do empregador.

15. Nos termos do art.º 419.º-A e do art.º 451.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, os trabalhadores afetos a contratos de aquisição de serviços cujo prazo seja superior a um ano prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo e os trabalhadores afetos a contratos de aquisição de serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo do contrato de aquisição de serviços, salvo no caso de trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros.

Cláusula 25.º - Equipamentos do Adjudicatário

1. Cada posto fixo de vigilância humana deverá ser dotado de um telemóvel para contacto com a Central de Controlo do Adjudicatário, ou para contacto preferencial com o respetivo responsável da instalação, ou com quem o substitua, em caso de eventual colapso dos sistemas de comunicações das instalações, bem como estar habilitado a operar com equipamento de comunicação específico nos locais ou postos em que tal seja definido como necessário pela Entidade Adjudicante.

2. O Adjudicatário obriga-se, ainda, a fornecer o material administrativo e todos os equipamentos de segurança e vigilância necessários à boa execução dos trabalhos, responsabilizando-se ainda pela sua manutenção.

Cláusula 26.º - Deveres da Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante obriga-se a disponibilizar e fornecer:

- a. Energia elétrica para iluminação das áreas a vigiar e para o funcionamento de máquinas a utilizar, quando aplicável;
- b. Cacifos destinados a arrumação e guarda das fardas dos vigilantes, bem como de outro material imprescindível à execução da prestação, se aplicável;
- c. Água e luz para o exercício das funções, quando aplicável;
- d. Manual de operações de quadros elétricos, gás, água, bocas-de-incêndio, extintores e demais equipamento de segurança;
- e. Números de telefone e extensões existentes nas suas instalações, bem como

identificação dos respetivos utilizadores;

- f. Lista de entidades a contactar em caso de incidente/acidente ou emergência nas instalações da Entidade Adjudicante;
- g. Chaveiro hierarquizado de serviço;
- h. Plantas dos edifícios
- i. Manuais de segurança, manuais do utilizador, planos de evacuação e outros documentos existentes, com eventual interesse para o bom desempenho dos serviços de vigilância.

ANEXO I - IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS POSTOS REGULARES

(a que se refere o artigo 2.º do CADERNO DE ENCARGOS)

Entidade Adjudicante

- Os Postos regulares das plantas que integram o Anexo II a este Caderno de Encargos:

Posto de Vigilância / Localização		Instalações	Meios Humanos	Horário (dias /horas)		OBS
1	Gare Marítima de Alcântara – Edifício sede da APL	Portaria do Edifício	1 vigilante	TDU	07:00h às 21:00h	
2	Edifício Infante D. Henrique - Doca de Alcântara Norte	Portaria do Edifício e Centro de Coordenação	1 vigilante	TDU	07:00h às 19:00h	
3	Edifício VTS - Terraplino de Algés	Portaria do Edifício e rondas móveis	1 vigilante APA-P	TDA	00:00h às 24:00h	
4	Centro de Segurança Portuária – Doca de Alcântara Norte	Portaria, do Edifício, operação remota da Ponte móvel, Centro de Coordenação, vigilância eletrónica	1 vigilante	TDA	00:00h às 24:00h	
5	Docas de Recreio de Alcântara e St.º Amaro	Escritórios e rondas móveis em ambas as Docas	1 vigilante	TDA	19:00h às 07:00h	*
6	Docas de Recreio de Belém e Bom Sucesso	Escritórios e rondas móveis em ambas as Docas	1 vigilante	TDA	19:00h às 07:00h	*
7	Doca de Recreio de Santo Amaro - Balneário	Acesso ao balneário	1 vigilante	TDA	18:00h às 22:00h	
8	Zona Portuária de Alcântara	Portaria da Plataforma Portuária Ocidental	1 vigilante	TDU.	08:00h às 24:00h	
9	Zona Portuária do Poço do Bispo	Portaria da Plataforma Portuária Oriental, Poço do Bispo	1 vigilante	TDA	00:00h às 24:00h	
10	Terminal de Passageiros da Rocha Conde	Portaria e rondas + Vigilância eletrónica	1 vigilante APA-P	TDA	00:00h às 24:00h	

	D'Óbidos					
11	Terrapleno de Pedrouços (ex-DocaPesca)	Portaria de acesso e rondas	1 vigilante	TDA	00:00h às 24:00h	
12	Doca de Alcântara-vigilância e controlo das instalações da doca	Controlo de acesso, incluindo balneários	1 vigilante	TDA	19:00h-24:00h	

Legenda:

TDA – Todos os dias do ano ; TDU – Todos os dias úteis

APA-P - Vigilante habilitado a executar as funções previstas na Lei n.º 34/2013 para “assistente de portos e aeroportos”.

*OBS: Possível ajustamento consoante a definição das rondas a realizar

2. Sem prejuízo das tarefas genéricas inerentes às funções de vigilante elencadas na Cláusula 21.^a do CE e às previstas no manual de procedimentos de cada posto, os conteúdos funcionais específicos são os identificados na tabela seguinte:

Posto de Vigilância / Localização		Serviços a prestar
1	Gare Marítima de Alcântara – Edifício sede da APL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlo de acesso e encaminhamento de visitantes ▪ Rondas interiores ▪ Gestão de chaveiro ▪ Elaboração e envio de relatórios ▪ Receção e encaminhamento de correspondência ▪ Atendimento telefónico e triagem de chamadas ▪ Intervenção de acordo com o Plano de Emergência da Instalação ▪ Gestão de acessos ao parque de estacionamento

2	Edifício Infante D. Henrique - Doca de Alcântara Norte	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlo de acessos e encaminhamento de visitantes ▪ Receção e encaminhamento de correspondência ▪ Atendimento telefónico e triagem de chamadas ▪ Elaboração e envio de relatórios ▪ Intervenção de acordo com o Plano de Emergência da Instalação, incluindo a utilização de DAE.
3	Edifício VTS - Terrapleno de Algés	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlo de acesso e encaminhamento de visitantes; ▪ Rondas interiores ▪ Rondas exteriores no perímetro da instalação (utilização de viatura ligeira da APL, SA) ▪ Gestão de chaveiro ▪ Elaboração e envio de relatórios ▪ Receção e encaminhamento de correspondência ▪ Atendimento telefónico e triagem de chamadas ▪ Intervenção de acordo com o Plano de Emergência da Instalação, incluindo a utilização de DAE. ▪ Controlo remoto do portão de acesso de viaturas ▪ Monitorização de sistema de videovigilância ▪ Condução de viatura ligeira da APL, SA para transporte de funcionários
4	Centro de Segurança Portuária – Doca de Alcântara Norte	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tarefas inerentes a centro de coordenação (monitorização de videovigilância e gestão de alarmes) ▪ Operação remota da Ponte Móvel pedonal ▪ Controlo de acessos (incluindo locais remotos e garagem) e encaminhamento de visitantes ▪ Gestão de chaveiro ▪ Receção e encaminhamento de correspondência ▪ Elaboração e envio de relatório ▪ Utilização de equipamentos de comunicação (redes fixa e móvel, VHF e UHF) ▪ Intervenção de acordo com o Plano de Emergência da Instalação ▪ Gestão de acessos ao parque de estacionamento

5	Docas de Recreio de Alcântara e St.º Amaro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rondas móveis, Docas de Alcântara e de Santo de Amaro e Gare Marítima de Alcântara ▪ Verificação do estado dos equipamentos de acostagem, da segurança das embarcações e sua amarração e estado de fornecimento de energia e água ▪ Utilização de equipamentos de comunicação (rede móvel e UHF) ▪ Elaboração e envio de relatórios ▪ Intervenção de acordo com o Plano de Emergência das Instalações
6	Docas de Recreio de Belém e Bom Sucesso	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rondas móveis, Docas de Recreio do Bom Sucesso e de Belém ▪ Verificação do estado dos equipamentos de acostagem, da segurança das embarcações e sua amarração e estado de fornecimento de energia e água ▪ Utilização de equipamentos de comunicação (rede móvel e UHF) ▪ Elaboração e envio de relatórios ▪ Intervenção de acordo com o Plano de Emergência das Instalações
7	Doca de Recreio de Santo Amaro - Balneário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlo de acesso e encaminhamento de visitante ▪ Elaboração e envio de relatórios ▪ Intervenção de acordo com o Plano de Emergência da Instalação;
8	Zona Portuária de Alcântara	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlo de acessos ▪ Elaboração e envio de relatórios ▪ Utilização de equipamentos de comunicação (redes fixa e móvel) ▪ Intervenção de acordo com o Plano de Emergência do Porto ▪ Intervenção na fluidez da circulação de tráfego rodoviário portuário ▪ Monitorização e resposta aos sinais de alarme dos equipamentos de rastreio de trânsito portuário na perspetiva da deteção de mercadorias contendo fontes radioativas;

9	Zona Portuária do Poço do Bispo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Operação remota de equipamento de controlo de acessos ▪ Controlo de acessos ▪ Gestão de chaveiro ▪ Elaboração e envio de relatórios ▪ Utilização de equipamentos de comunicação (redes fixa e móvel) ▪ Intervenção de acordo com o Plano de Emergência do Porto ▪ Intervenção na fluidez da circulação de tráfego rodoviário portuário ▪ Assegurar abertura/fecho de via para cargas de projeto ▪ Monitorização e resposta aos sinais de alarme dos equipamentos de rastreio de trânsito portuário na perspetiva da deteção de mercadorias contendo fontes radioativas
10	Terminal de Passageiros da Rocha Conde D'Óbidos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlo de acesso e encaminhamento de visitantes ▪ Rondas interiores (cais e edifício) ▪ Gestão de chaveiro ▪ Elaboração e envio de relatórios ▪ Atuar de acordo com o Plano de Proteção da Instalação (Código ISPS) ▪ Intervenção de acordo com o Plano de Emergência das Instalações, incluindo a utilização de DAE. ▪ Monitorização de sistema de videovigilância
11	Terrapleno de Pedrouços (ex-DocaPesca)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlo de acesso e encaminhamento de visitantes ▪ Rondas interiores ▪ Gestão de chaveiro ▪ Elaboração e envio de relatórios ▪ Intervenção de acordo com o Plano de Emergência da Instalação ▪ Gestão de acessos ao parque de estacionamento
12	Doca de Alcântara-Vigilância e controlo das instalações da doca	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlo de acesso e encaminhamento de visitante ▪ Elaboração e envio de relatórios ▪ Intervenção de acordo com o Plano de Emergência da Instalação;

ANEXO II - PLANTAS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA APL, S.A.

<https://www.portodelisboa.pt/APLSIGPUBLICO/>

ANEXO III - EQUIPA DE TRABALHADORES

(a que se refere o número 14 da Cláusula 24.º do Caderno de Encargos)

Data de início do contrato	Natureza do contrato (a termo ou sem termo)	Retribuição 2025	Subsídio APA 2025	Categoria Profissional	Sindicato
23.10.2020	Contrato de trabalho sem termo	1 242,27 €	-	Chefe de Brigada/Sup	0
20.05.2021	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	115,38 €	Vigilante	0
30.10.2021	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	115,38 €	Vigilante	0
30.11.2021	Contrato de trabalho sem termo	960,62 €	115,38 €	Vigilante	0
01.02.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	115,38 €	Vigilante	0
01.06.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	115,38 €	Vigilante	0
01.06.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	115,38 €	Vigilante	0
01.06.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	115,38 €	Vigilante	0
01.06.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	115,38 €	Vigilante	0
01.06.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €		Vigilante	0
01.06.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €		Vigilante	0
01.06.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €		Vigilante	0
01.06.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €		Vigilante	0
01.06.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €		Vigilante	0
25.06.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0
20.06.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0
27.06.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0
13.07.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0
15.07.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0
03.08.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0
22.08.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €		Vigilante	0
26.09.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0
26.09.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0
26.10.2022	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0
25.04.2023	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0
22.02.2024	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0
15.08.2024	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0
21.10.2024	Contrato de trabalho com termo incerto	960,62 €	-	Vigilante	0